

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005
(Do Sr. Marcos de Jesus)

Acrescenta parágrafo ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a inclusão de informação negativa de consumidor quando a dívida inadimplida estiver sendo discutida em juízo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 43.

.....

§ 6º *É vedada a inclusão de informação negativa de consumidor, em bancos de dados ou cadastros de consumidores, enquanto o montante ou quaisquer das condições da dívida inadimplida estiver sendo discutida em juízo.”* (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

As instituições financeiras e os estabelecimentos comerciais que vendem a crédito são os principais responsáveis pela inclusão de informações negativas nos cadastros e bancos de dados de consumidores. Diante da inadimplência do consumidor em qualquer um de seus contratos de crédito, fornecem aos bancos de dados as informações referentes ao consumidor e ao contrato inadimplido.

Ocorre entretanto que, muitas vezes, o consumidor, por discordar dos lançamentos de encargos efetuados a seu débito, ou por não ter recebido o produto conforme a compra realizada, tendo fracassado na negociação, recorre à Justiça para anular o débito ou desfazer o negócio, e, em represália, tem o seu nome inscrito pela instituição financeira ou pelo fornecedor do bem.

Tal prática, além de fundamentar-se em direito incerto, uma vez que a dívida se encontra em discussão judicial, representa também uma forma espúria de pressão sobre o consumidor, que, para evitar o colapso de seu crédito na praça, acaba por aceitar os termos impostos pelo credor.

Um dos princípios da Política Nacional de Relações de Consumo é “o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo”, e um de seus direitos, “a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos ou serviços”. Por esta razão, entendemos que o Congresso Nacional deve vedar a negativação do nome do consumidor, enquanto a dívida encontrar-se “sub judice”, para impedir a inviabilização de sua vida econômica e a sua fragilização como parte da discussão judicial da dívida.

Esse é o propósito do presente projeto de lei: proteger o consumidor de mais uma desvantagem imposta pelo sistema de proteção ao crédito e restabelecer o equilíbrio da relação de consumo.

Ante o exposto, solicito aos nobres Pares o indispensável apoio à rápida tramitação e aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado MARCOS DE JESUS